

RESUMO EXPANDIDO ESTRUTURADO - PRÁTICAS INTEGRATIVAS E
EXPERIÊNCIAS EXITOSAS EM SAÚDE – RELATOS E VIVÊNCIAS
MULTIPROFISSIONAIS QUE PROMOVEM A INTEGRALIDADE DO
CUIDADO.

**DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DA ENFERMAGEM FORENSE NO
ATENDIMENTO A VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA EM SERVIÇOS DE
EMERGÊNCIA**

Márcia Roberto Pereira (robertopereiramarcia@gmail.com)

José Gledson Costa Silva (370101051@prof.unijuazeiro.edu.br)

Graciela Dos Santos Costa (costagraciela9@gmail.com)

Maria Oleziene Arrais Silveira (enearraais2010@hotmail.com)

Luziany Campos Alves (cluziany@gmail.com)

Eveline Bandeira Silva (evelinesilva643@gmail.com)

INTRODUÇÃO

A violência representa um fenômeno multifacetado e de alta complexidade, configurando-se como um dos mais graves problemas de saúde pública globalmente. A OMS define violência como “o uso intencional da força física ou do poder, em ameaça ou de fato, contra si próprio, outra pessoa, grupo ou comunidade, que resulte ou tenha alta probabilidade de resultar em morte, lesão, dano psicológico ou privação” (Krug et al., 2002). Essa definição ressalta que a violência não se restringe ao dano físico imediato, mas também engloba consequências emocionais, sociais e estruturais.

No Brasil, esse cenário assume contornos alarmantes, refletindo-se no número crescente de atendimentos em serviços de urgência e emergência, muitas vezes em contextos urbanos marcados por desigualdades socioeconômicas, pobreza crônica, exclusão social e fragilidade de políticas públicas de prevenção (Minayo, 2006). A complexidade da violência exige não apenas respostas clínicas emergenciais, mas também abordagens que integrem fatores sociais, institucionais e legais, uma vez que as causas vão além do agressor imediato ou da vitimação isolada, abrangendo determinantes amplos como gênero, raça, poder e vulnerabilidade.

Nesse contexto, a enfermagem forense emerge como uma área de atuação essencial, pois articula o cuidado clínico-assistencial com o campo jurídico e pericial. O profissional de enfermagem forense assume a responsabilidade de reconhecer sinais de violência, acolher a vítima de forma humanizada, documentar lesões e preservar vestígios que possam subsidiar processos legais, sem comprometer a assistência à saúde (Emami et al., 2024). Esse duplo papel tanto de cuidador e agente de interface entre saúde e justiça, coloca o enfermeiro forense em posição estratégica, mas também exige uma formação técnica, ética e institucional robusta.

Contudo, apesar da relevância crescente da enfermagem forense para a resposta institucional à violência, diversos estudos indicam que sua consolidação nos serviços de urgência e emergência ainda encontra sérios obstáculos estruturais, educacionais e organizacionais (Rosado et al., 2025). Evidencia-se um déficit de protocolos claros, de políticas de formação especializada e de integração intersetorial, o que compromete a qualidade e a integralidade do atendimento às vítimas.

.

OBJETIVOS

Analisar os principais desafios enfrentados por enfermeiros forenses no atendimento a vítimas de violência em serviços de emergência, com base na literatura científica atual, e propor estratégias para qualificar essa prática.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma investigação bibliográfica, de natureza descritiva e exploratória, com o intuito de mapear, sintetizar e discutir

evidências científicas acerca da atuação da enfermagem forense no atendimento a vítimas de violência em serviços de urgência e emergência. Adotou-se uma revisão narrativa da literatura, visto que o objetivo não foi mensurar quantitativamente a magnitude dos fenômenos, mas sim compreender o panorama atual, as lacunas e as estratégias emergentes no campo. A abordagem incluiu os seguintes procedimentos:

Primeiramente, foram definidos os descritores e operadores booleanos, entre eles “enfermagem forense”, “violência”, “emergência”, “atenção hospitalar”, “vítimas de violência”, em português, inglês e espanhol, de modo a abranger a produção científica internacional e brasileira.

Em seguida, realizaram-se buscas sistemáticas nas principais bases de dados eletrônicas pertinentes à área da saúde e enfermagem: SciELO, LILACS, PubMed (Medline) e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). A estratégia de busca envolveu combinações dos descritores definidos, utilizando filtros de idioma (português, inglês, espanhol) e delimitação temporal de 2002 a 2024.

A etapa de triagem contemplou a leitura dos títulos e resumos para verificar os critérios de inclusão: artigos que abordassem especificamente a atuação de profissionais de enfermagem ou enfermeiros forenses no contexto da violência em serviços de emergência ou atendimento hospitalar de urgência. Foram excluídos trabalhos de outro enfoque (por exemplo: só violência obstétrica sem emergência, ou que não envolvessem enfermagem), assim como duplicações e publicações de acesso restrito ou com dados insuficientes.

A leitura integral dos artigos selecionados permitiu a extração de dados e informações relevantes, com atenção especial às variáveis: formação profissional, protocolos institucionais, estrutura de atendimento, práticas de acolhimento, documentação e encaminhamento de vítimas.

Posteriormente foi realizada a análise temática e a organização dos conteúdos em quatro categorias principais previamente definidas: 1- Qualificação profissional e formação forense; 2- Protocolos e políticas institucionais; 3- Estrutura organizacional e recursos materiais; 4- Práticas éticas e humanizadas no cuidado às vítimas.

A sistematização das informações foi realizada por meio de síntese narrativa, com tabelas de apoio para agrupar os achados por tema, autor, ano, contexto e principais conclusões. A análise incluiu ainda uma reflexão crítica sobre as

tendências identificadas, as lacunas existentes e as implicações para a prática profissional.

Entre as referências centrais destacam-se os trabalhos de Citolin et al., (2024), que investigam especificamente enfermeiros em serviços de emergência, além das obras de Minayo (2006) e do relatório global da OMS (Krug et al., 2002).

No que tange ao rigor metodológico, embora esta revisão não se configure como uma revisão sistemática (a qual exigiria protocolo previamente registrado, avaliação de risco de viés e metanálise), adotou-se critérios de transparência na descrição explícita dos critérios de busca, inclusão e exclusão, bem como das categorias analíticas a fim de garantir a reprodutibilidade do método e a confiabilidade dos achados.

RESULTADO E DISCUSSÃO

A análise dos estudos selecionados permitiu identificar e discutir uma série de temas centrais que apontam para as fragilidades e oportunidades da enfermagem forense no contexto dos serviços de urgência e emergência. A seguir, desenvolvem-se os principais achados agrupados pelas categorias analíticas definidas.

1. Qualificação profissional e formação forense:

A maioria dos artigos revisados relata que os enfermeiros não possuem formação específica em enfermagem forense, o que compromete o atendimento a vítimas de violência. Há relatos de profissionais que se sentem inseguros para identificar sinais de violência, para promover a coleta e preservação de vestígios ou para articular o cuidado com a investigação criminal (Citolin et al., 2024). A insuficiência de capacitação técnica limita a atuação assertiva do enfermeiro forense e compromete o cuidado sistematizado às vítimas, o que reforça a necessidade de inserir conteúdos voltados à prática forense no currículo de graduação, bem como programas de educação continuada.

2. Protocolos e políticas institucionais:

Também se evidenciou a ausência ou fragilidade de protocolos institucionais padronizados para o atendimento forense em serviços de emergência. Citolin et al., (2024) indicam que muitas instituições ainda não estabeleceram fluxos claros ou instrumentos eficazes para guiar a atuação do enfermeiro forense, o que pode levar a procedimentos heterogêneos, perdas de vestígios ou falhas

na cadeia de custódia. Essa lacuna institucional compromete a qualidade do acolhimento, bem como a articulação com outros setores como perícia, polícia e assistência social.

3. Estrutura organizacional e recursos materiais:

No âmbito da estrutura de atendimento, constatou-se que a infraestrutura hospitalar e os recursos disponíveis raramente estão adaptados às exigências do atendimento forense. São mencionadas dificuldades como falta de salas específicas para acolhimento de vítimas, ausência de kits para coleta de vestígios, sobrecarga da equipe de emergência, integração insuficiente entre serviços e pouca disponibilidade de profissionais com especialização em forense. Tais deficiências reduzem a efetividade do atendimento e dificultam o cuidado integral da vítima de violência, desde o acolhimento até a garantia de direitos.

4. Práticas éticas e humanizadas no cuidado às vítimas:

A literatura reforça que além da técnica e da estrutura, o enfrentamento da violência exige uma abordagem humanizada e ética. O enfermeiro forense deve equilibrar competência técnica (identificação de lesões, preservação de vestígios, documentação) com sensibilidade emocional e empática para acolher vítimas em estado de vulnerabilidade, muitas vezes traumatizadas. O contato frequente com relatos de violência pode gerar desgaste emocional e “burnout” entre profissionais, o que requer suporte institucional, supervisão e espaços de reflexão. O respeito à autonomia da vítima, à confidencialidade, à comunicação clara e à construção de confiança são fundamentos citados como essenciais para o atendimento adequado.

A partir da síntese desses achados, fica claro que a enfermagem forense é uma área estratégica para o cuidado a vítimas de violência em serviços de emergência, mas que ainda se encontra em processo de consolidação. A formação inadequada, a ausência de protocolos, os recursos limitados e os desafios éticos-emocionais formam um conjunto de barreiras que impedem a atuação plena dos enfermeiros forenses.

Contudo, vislumbram-se oportunidades: a crescente visibilidade da especialidade, o reconhecimento institucional e a intensificação de pesquisas no Brasil e no exterior indicam um cenário de evolução. Um ponto de destaque refere-se ao acolhimento humanizado, que deve permear todas as etapas do atendimento da recepção da vítima, da avaliação inicial, da coleta de provas,

ao encaminhamento e acompanhamento. Essa abordagem exige que o enfermeiro forense atue como facilitador de justiça e reparação, promovendo tanto a recuperação da vítima quanto a responsabilização do agressor. A intersectorialidade, ou seja, a articulação entre saúde, justiça, assistência social e segurança pública é apontada como condição para o fortalecimento do cuidado forense.

.

CONCLUSÃO

A enfermagem forense, ao lidar com vítimas e agressores em contextos de violência, exige não apenas habilidades técnicas, mas também preparo ético e institucional. O estudo reforça a necessidade de ações intersectoriais, políticas públicas e formação continuada para garantir um atendimento humanizado, qualificado e resolutivo. Profissionais preparados são essenciais para consolidar a assistência hospitalar e assegurar os direitos das vítimas que buscam os serviços de saúde.

Palavras-chave: enfermagem forense; violência; emergência; vítimas; atenção hospitalar.